

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 147**

21/09/07 a 27/09/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES).
Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Lisandra Crosara e Victor Hugo de Souza Gonçalves.

Lula e Chávez encerraram reunião sobre refinarias sem acordo

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu-se com o presidente venezuelano Hugo Chávez, na cidade de Manaus. Os dois discutiram o projeto de parceria na construção da refinaria Abreu de Lima, em Pernambuco, e de outra na Faixa do Orinoco, na Venezuela. O encontro, porém, terminou sem um consenso, e Lula lamentou a lentidão dos aspectos técnicos da negociação. Os presidentes acordaram, no entanto, o estabelecimento de quatro encontros bilaterais anuais, para discutir entre outros a questão energética. A primeira destas reuniões foi marcada para 12 de dezembro, e ambos os chefes de Estado demonstraram o desejo de resolver o impasse sobre a refinaria até lá. O projeto prevê a divisão das ações da refinaria, entre a Petrobrás e a PDVSA (Petróleos de Venezuela), ficando a primeira com 60% das ações e a última com os 40% restantes. Em contraposição, a estatal brasileira terá controle de 40% da refinaria de petróleo petrolífera na Faixa do Orinoco, enquanto a estatal do país terá 60%. O presidente Chávez, que criticou a Petrobrás por declarações de que o mesmo desejava alterar a porcentagem do controle das refinarias, também se mostrou descontente com a demora nas obras em Pernambuco. O presidente Lula, por sua vez, afirmou seu desejo de que a instalação entre em funcionamento até 2010, e que esta seja

seguida pela refinaria venezuelana, cuja construção também estaria atrasada. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/2007; O Globo – Economia – 21/09/2007).

Presidente Chávez voltou a criticar instituições brasileiras

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, voltou a creditar a demora dos Congressos brasileiro e paraguaio em aprovar o protocolo de adesão plena de seu país ao Mercosul, a uma suposta submissão a interesses dos Estados Unidos. Segundo Chávez, a não-participação da Venezuela no bloco será um ganho do país norte-americano e afirmou que seu país aguardará a aprovação dentro de um limite “digno”. O presidente Lula se absteve de comentários, porém o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou esperar uma aprovação até o mês de novembro deste ano. A declaração de Chávez causou reações negativas nos Congressos brasileiro e paraguaio, que ainda não aprovaram o protocolo de entrada da Venezuela no Brasil, e pode dificultar a adesão do país andino ao bloco. No entanto, no dia 23 de setembro, durante o programa "Alô, Presidente", Chávez afirmou que não atacou o Senado, e sim a mídia, a principal arma do imperialismo em sua opinião. Chávez criticou ainda a entrevista do vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que disse que as declarações do venezuelano em Manaus deixavam em dúvida sua sanidade mental. Chávez respondeu que os comentários eram "motivo de riso e tristeza" e se disse vítima de agressão. Nesta quinta-feira, dia 27, a Câmara dos Deputados brasileira adiou até o fim de outubro a votação da entrada da Venezuela no bloco, com acordo entre os principais partidos políticos brasileiros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 22/09/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 24/09/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 27/09/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/09/2007; O Globo – Economia – 21/09/2007; O Globo – Economia – 22/09/2007; O Globo – O País – 24/09/2007).

Brasil ofereceu apoio às negociações com as Farc

O Itamaraty declarou que os presidentes brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e venezuelano, Hugo Chávez, dialogaram, mesmo que superficialmente, sobre o apoio brasileiro às negociações entre Venezuela, Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (Farc). O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que o Brasil ofereceu parte de seu território para um possível encontro entre Chávez e as Farc. O presidente venezuelano, porém, declarou-se grato, porém reiterou que o diálogo com as Farc ocorrerá em território venezuelano. O presidente Hugo Chávez está mediando, a pedido do presidente colombiano Álvaro Uribe, as negociações para a libertação de prisioneiros das

Farc. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/2007).

Bolívia seqüestrou bens de empresa brasileira

O Ministério Público da Bolívia interveio em um acampamento da construtora brasileira Queiroz Galvão em seu país e seqüestrou alguns bens da mesma. A justificativa, segundo o Ministério, seria o fato de que a empresa falhou em seguir o cronograma estabelecido para construções de estradas no sul da Bolívia, além de haverem sido encontradas falhas em trechos já construídos. Em nota, a empresa brasileira afirmou que irá recorrer por seus direitos. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/09/2007).

Presidente Lula participou de debate sobre o aquecimento global

No dia 24 de setembro, ocorreu em Nova York, o primeiro grande fórum de chefes de Estado sobre o aquecimento global dentro da 62^a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Tal encontro, que contou com a participação de representantes de 150 países, tinha o objetivo de sinalizar politicamente para que as negociações formais do acordo substituto de Kyoto comecem em dezembro, durante um encontro da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bali, Indonésia. Um dos maiores empecilhos para criação de um novo tratado é a resistência de China, EUA e Rússia, que temem eventuais prejuízos a suas economias. Durante a reunião, o secretário-geral da organização, Ban Ki-Moon argumentou que ninguém deseja viver num mundo no qual o aquecimento global continua crescendo e que as mudanças climáticas podem também criar oportunidades econômicas e tecnológicas, como o álcool combustível brasileiro. Moon reiterou que os custos de não agir serão sentidos desproporcionalmente, uma vez que os países pobres são os menos preparados para enfrentar as consequências do aquecimento. Na ocasião, o Brasil foi representado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já que o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, participava de um encontro com o americano George W. Bush. Em discurso, a ministra afirmou que os países em desenvolvimento têm assumido o seu papel no combate às mudanças climáticas, mas é preciso intensificar as medidas que já são tomadas atualmente. Citando o Brasil, a ministra frisou que o país diminuiu em 50% as taxas de desmatamento e queimadas, principais responsáveis pela emissão de gases estufa no país. A ministra também insistiu que as metas de diminuição de emissão dos gases-estufa devem ser maiores para as nações ricas. Lula participou, na mesma ocasião, de um jantar com representantes de outros 20 países, no qual se discutiu o aquecimento global. Em entrevista a um jornal americano publicada no dia 23 de setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou que dispute com o venezuelano Hugo Chávez o papel de líder latino-americano, pois, segundo ele, a região não precisa de um

líder, mas de entendimento. Lula defendeu ainda, a idéia de "democratizar o acesso à energia", pois ao invés de haver dez países produzindo petróleo, seria melhor ter 120 países produzindo biocombustíveis. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/09/2007; Folha de S. Paulo – Ciência – 24/09/2007; 25/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/09/2007; O Globo – Ciência – 21/09/2007; O Globo – O País – 24/09/2007).

Brasil recebeu grupo de refugiados palestinos

No último dia 21 de setembro, desembarcou no Brasil o primeiro de três grupos de refugiados palestinos, vindos do Iraque. O grupo de 35 pessoas obteve apoio do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), e abandonou seu país após a invasão norte-americana, fugindo das represálias de milícias xiitas. Eles terão direito à carteira de identidade, de trabalho e passaporte de refugiados, além de receberem apoio psicológico e aulas de português. Um total de 117 refugiados palestinos deverá desembarcar no país até o mês de dezembro de 2007. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/09/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/09/2007).

Ministro Tarso Genro foi a Mônaco

No dia 24 de setembro, o ministro da Justiça, Tarso Genro, chegou à Mônaco com os principais documentos necessários para a formalização do pedido do governo brasileiro de extradição de Salvatore Cacciola, detido desde o dia 15 no país. Genro reuniu-se com a procuradora-geral do principado, Annie Brunet-Fuster, e o diretor da administração judiciária, Philippe Narmino, a fim de dar cabo do processo. Narmino afirmou que o pedido terá caráter prioritário e que uma audiência do Tribunal de Recursos poderá ser marcada para o dia 20 de outubro, que posteriormente será submetida ao príncipe Albert 2º, chefe de Estado de Mônaco, a quem cabe a palavra final sobre o caso. Assim sendo, o Brasil deverá saber se Cacciola vai ou não ser extraditado em meados de novembro. Essa previsão só é válida, entretanto, em caso do governo brasileiro entregar até o dia 05 de outubro o restante dos documentos necessários para o início da análise do pedido de extradição, que o ministro brasileiro se comprometeu em obter. O ministro brasileiro reiterou que o pedido tem substância técnica suficiente para ser acolhido, se mostrou satisfeito após as reuniões e disse que a decisão da justiça será acatada como legítima e soberana. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/09/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 25/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 23/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/09/2007; O Estado de S. Paulo – 25/09/2007; O Globo – Economia – 24/09/2007; O Globo – Economia – 25/09/2007).

Corte na emissão de HCFC é antecipado

No dia 21 de setembro, representantes de 191 nações participantes do Protocolo de Montreal, que visa interromper a emissão dos gases destruidores da camada de ozônio, concordaram, ao final da 20ª Conferência das Partes do protocolo, em adiantar o cronograma de ação em dez anos para ajudar no controle do efeito estufa, uma vez que os hidroclorofluorcarbonos (HCFC) também contribuem para este fenômeno. O acordo determina que a produção e o uso de HCFC, ainda usado para refrigeração, sejam interrompidos pelos países desenvolvidos em 2020 (em vez de 2030) e pelas nações em desenvolvimento em 2030 (em vez de 2040). O protocolo já conseguiu uma redução considerável do clorofluorcarboneto (o CFC, precursor do HCFC), que deve ser abandonado até 2010. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 24/09/2007).

Itamaraty afirma querer diálogo, mas não aceita convite do líder iraniano

Apesar do Palácio do Planalto e o Itamaraty terem declarado a intenção de se aproximarem do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, o encontro entre os presidentes foi recusado sob a desculpa de incompatibilidade nas agendas. Ahmadinejad pretendia vir ao Brasil no dia 27, depois de passar pela Venezuela e pela Bolívia, dia em que Lula já tem visita agendada com o presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev. O convite ao encontro Brasil-Irã partiu do líder iraniano em janeiro, durante a posse do presidente do Equador, Rafael Correa. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/07/2007).

Reuniões bilaterais pautam a viagem de Lula a Nova York

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush se encontraram no dia 24 de setembro, em Nova York, para discutir as negociações da Rodada Doha, o aquecimento do planeta e a presença brasileira no Haiti. Também participaram do encontro o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a Secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, a Secretária de Comércio, Susan Schwab, o conselheiro Ed Gillespie, e um membro do Conselho de Segurança dos EUA para a América Latina, Dan Fisk. Afirmando compartilhar o compromisso de uma Rodada bem sucedida, Bush, pela primeira vez, disse estar disposto a flexibilizar as negociações da Rodada Doha, principalmente na redução dos subsídios agrícolas. Em troca, pediram que o Brasil diminua, e ajude a convencer o bloco dos países emergentes a também diminuir, a tarifa dos produtos industriais que importam. Lula comemorou o discurso de Bush, mas destacou que há ainda muitas barreiras a serem vencidas. Para que um acordo concreto seja fechado é necessário o apoio de inúmeros países, dentre eles China, Índia, África do Sul, México, União Européia e Japão, disse ele. Na mesma linha de discurso, Celso Amorim encarou a sinalização de cortes nos subsídios como um avanço



indiscutível, porém, afirmou que a flexibilização das tarifas de importação de produtos industrializados é um tema delicado e deve levar em conta as sensibilidades brasileiras nesse setor. Além do comércio, os presidentes discutiram a presença brasileira no Haiti e as mudanças climáticas. Segundo o chanceler brasileiro, o Brasil se dispôs a participar dos dois grupos de trabalho sobre mudanças climáticas, tanto no âmbito da ONU quanto naquele instituído pelo presidente Bush, e frisou que espera que ambos conciliem seus interesses. Quanto à questão do etanol, Amorim viu como avanço o fato de que o biocombustível passou a ser visto como matriz energética e não mais como *commodity* agrícola, pois essa mudança facilitará o ingresso do produto no mercado americano. O chanceler brasileiro encontrou-se, ainda, com a secretária de Comércio dos EUA, Susan Schwab, e recebeu a garantia de que os EUA apoiarão a empreitada brasileira para que tarifas e subsídios europeus para produtos agrícolas sejam reduzidos. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/09/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 24/09/2007; Folha de São Paulo – Brasil – 25/09/2007; Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007; Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/09/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 26/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/09/2007; O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 26/09/2007; O Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007; O Globo – O País – 24/09/2007; O Globo – Ciência – 25/09/2007; O Globo – País – 26/09/2007).

Autoridades brasileiras se reúnem com representantes de diversos países

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem aos Estados Unidos, se encontrou com os chefes de governo da Polônia, Coréia do Sul, Timor Leste, República Tcheca e Alemanha, e o chanceler Celso Amorim almoçou com os ministros das Relações Exteriores da Rússia, Índia e China. Os presidentes da República Tcheca e da Polônia convidaram Lula para uma visita a seus países, enquanto o presidente da Coréia do Sul anunciou o aumento do investimento no Brasil, sobretudo em informática e em um centro de tecnologia. Com o presidente do Timor Leste foram discutidas parcerias na área da educação. Durante a reunião Bric (grupo formado por Brasil, Índia e China), por outro lado, os chanceleres acordaram que representantes de seus países deverão se reunir com periodicidade, provavelmente a cada dois meses, em cidades que abrigam organismos internacionais para discutirem temas da realidade internacional. Amorim declarou que também ficou acordado realizar um encontro no Brasil entre fevereiro e março entre vice-presidentes e diretores-gerais de cada um dos países e, entre abril e maio, um encontro ministerial na Rússia. Lula reuniu-se, ainda, com o presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono, o líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, e o presidente francês, Nicolas Sarkozy. No encontro com Sarkozy, Lula disse que o Brasil apoiará o candidato francês ao cargo de diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ex-ministro francês das Finanças Dominique Strauss-Kahn. Em contrapartida, o presidente francês disse defender a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a inclusão de países em

desenvolvimento no G8. Os dois presidentes também conversaram sobre a crise em torno do programa nuclear iraniano e Lula defendeu uma saída negociada para a questão, dizendo que o país não cometeu nenhum crime até o presente momento. Do presidente Abbas, Lula recebeu o convite para participar do processo de paz no Oriente Médio. (Folha de São Paulo – Brasil – 25/09/2007; Folha de São Paulo – Brasil - 26/09/2007; Folha de São Paulo – Dinheiro - 26/09/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 26/09/2007; O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 26/09/2007; O Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007; O Globo – Ciência – 25/09/2007; O Globo – País – 26/09/2007).

Lula discursou na Assembléia Geral da ONU

No dia 25, o presidente brasileiro discursou na abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, onde falou sobre meio ambiente, biocombustíveis e protecionismo dos países desenvolvidos. Os principais desafios para a diplomacia brasileira foram um relatório indicando que o etanol já estaria causando efeitos “nefastos” para as populações mais pobres e a indicação brasileira do antropólogo Mércio Pereira, ex-presidente da Funai, para ocupar o posto de relator especial das Nações Unidas para os direitos dos povos indígenas. Com relação ao meio ambiente, Lula apresentou o Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, cujo objetivo é combater o desmatamento no Brasil e proteger a Amazônia, e propôs a realização de uma Conferência mundial sobre o tema no Brasil em 2012, a Rio+20. Lula também cobrou maior redução da emissão de poluentes por parte dos países desenvolvidos e, apresentando números da redução do desmatamento na Amazônia, disse que o Brasil está fazendo a sua parte. Durante todos os dias em que esteve em Nova York, Lula distribuiu um documento, intitulado “Contribuição do Brasil para evitar a mudança do clima”, contendo informações sobre o que já foi feito em seu governo para combater a emissão dos gases causadores do efeito estufa. O presidente vinculou, ainda, a proteção do meio-ambiente à utilização de biocombustíveis, rebatendo as críticas que o programa brasileiro de produção de etanol e biodiesel vem recebendo. Além disso, anunciou que o Brasil sediará, em 2008, uma conferência internacional sobre biocombustíveis. Após a reunião da Assembléia Geral, Lula expôs seu otimismo em relação à finalização de um acordo na Rodada Doha ainda em 2007 e disse que os países não devem esperar as eleições americanas de novembro de 2008 para que um acordo seja fechado. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/09/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/09/2007; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 26/09/2007; O Globo – País – 26/09/2007).

Lagos elogiou discurso de Lula na Assembléia da ONU

Em entrevista por telefone ao jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, no dia 25 de setembro, o representante da ONU para mudança climática, Ricardo Lagos, afirmou que o discurso do presidente Lula sobre proteção ao meio-ambiente na

abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, foi um marco. Lagos disse que a intenção de Lula de aprofundar o combate ao aquecimento global abre caminho para que outros países em desenvolvimento façam o mesmo, contrariando o discurso de que o combate ao aquecimento global deve ser feito apenas por países desenvolvidos. O representante da ONU também disse estar confiante de que as negociações do acordo que sucederá o Protocolo de Kyoto comecem ainda em 2007. (Folha de S. Paulo – Ciência – 26/09/2007).

UE criará sistema de certificação do etanol

No dia 25 de setembro, deputados do Parlamento Europeu aprovaram um relatório recomendando que um sistema de monitoramento e de certificação ambiental e social seja criado para avaliar os impactos da produção de etanol nos países exportadores. Caso seja adotado, tal documento, intitulado Relatório Thomsen, afetará diretamente as exportações brasileiras para a União Européia (UE), pois o Brasil é o maior fornecedor do produto para a região. (O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 26/09/2007).

OIT manifestou-se acerca da interrupção da fiscalização no Brasil

Em nota divulgada no dia 25 de setembro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lamentou a interrupção dos trabalhos do Grupo Móvel de Fiscalização, responsável por fiscalizar e combater o trabalho escravo no Brasil. As atividades do grupo foram interrompidas no dia 24 de setembro como forma de protesto contra a intervenção de alguns senadores que recriminaram a atuação do grupo em uma fazenda do Pará. A OIT afirmou que possui esperanças de que a fiscalização recomece em breve. (O Globo – País – 26/09/2007).

Banco Mundial divulgou relatório sobre negócios

No dia 25 de setembro, o Banco Mundial divulgou o ranking dos melhores países para se fazer negócios, o "Doing Business 2008", no qual o Brasil aparece na 122ª posição, entre 178 países. O ranking, realizado entre junho de 2006 até 1º de junho de 2007, tem como base a avaliação de vários aspectos concernentes à abertura e manutenção de empresas nos países, tais como burocracia, tempo para abertura, tributação, acesso a crédito e legislação trabalhista. O Brasil teve maior avanço no quesito pagamento de tributos, no qual passou da 151ª posição para a 137ª. O estudo também destacou algumas reformas feitas pelo Brasil, tais como a restrição dos casos que podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal e as emendas do Código de Processo Civil, as quais facilitaram a cobrança de dívidas por parte dos credores. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/09/2007; O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 26/09/2007; O Globo – Economia – 26/09/2007).



Rato defendeu reforma do sistema de cotas do FMI

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, defendeu, no dia 25 de setembro, a realização de uma reforma no atual sistema de cotas do fundo com a finalidade de dar aos países em desenvolvimento maior poder de decisão. Rato disse existir um consenso de que países emergentes, como Rússia, Brasil, China, Índia, México, tenham maior poder dentro da organização. (O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 26/09/2007; O Globo – Economia – 26/09/2007).

Tanques da Petrobrás foram fechados pelo governo argentino

Entrou em vigência no dia 24 de setembro a medida da Secretaria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do governo argentino que determinou o fechamento de vários setores da refinaria da Petrobrás do Dock Sud, pólo petroquímico do município de Avellaneda, na Grande Buenos Aires. A medida estabeleceu o fechamento de 1 dos 22 grandes tanques de combustível da Petrobrás e a interdição de 10 caminhões-tanques. Também foram verificados problemas com alguns tambores contendo combustível e 300 bombas de gasolina que estavam dispostos de forma irregular. Por meio de nota, a Secretaria informou que os motivos da medida preventiva são derramamentos de hidrocarbonetos e perdas em tanques. Para que as instalações sejam liberadas, a Petrobrás deverá melhorar os sistemas de contenção de derramamentos e construir um novo depósito. Por meio de nota, a empresa garantiu que o abastecimento da região não será prejudicado e disse que a empresa possui preocupações quanto ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio-ambiente. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/09/2007; O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 26/09/2007; O Globo – Economia – 26/09/2007).

Brasil propôs na ONU metas de direitos humanos

O Itamaraty apresentou no dia 25 de setembro, em Genebra, uma proposta para a criação na ONU de metas de direitos humanos. Pela proposta, tais metas deverão ser seguidas voluntariamente por todos os países que participam da organização e, caso não consigam atingi-las, os países não serão punidos. Entre as metas apresentadas na proposta estão a assinatura de todas as convenções de proteção de direitos humanos dos últimos 60 anos e a criação de políticas para promover os direitos humanos em cada país. Somente 12 países apoiaram até agora a proposta, entre eles Argentina, Colômbia, Uruguai, Haiti, Chile e Bolívia. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/09/2007).